

**Tribunal de Justiça de São Paulo**  
 Poder Judiciário

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA


**Portal de Serviços**

**Identificar-se**

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1º Grau

MENU

**Consulta de Processos do 1º Grau**

### Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Algumas unidades dos foros listados abaixo não estão disponíveis para consulta. Para saber quais varas estão disponíveis em cada foro clique aqui.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

### Dados para pesquisa

**Foro**

**Pesquisar por:**

☒ Unificado ☐ Outros

**Número do Processo:**



Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

### Dados do processo



**Processo:** 1002279-71.2016.8.26.0586  
**Classe:** Ação Civil Pública Cível  
 Área: Cível  
**Assunto:** Improbidade Administrativa  
**Outros assuntos:** Dano ao Erário, Violação aos Princípios Administrativos  
**Distribuição:** 05/07/2016 às 17:21 - Livre  
 1ª Vara Cível - Foro de São Roque  
**Controle:** 2016/001131  
**Juiz:** ROGE NAIM TENN  
**Valor da ação:** R\$ 50.000,00









### Partes do processo






Reqte: Ministério Público do Estado de São Paulo  
 Reqdo: Prefeitura Municipal de São Roque  
 Advogada: Carolina de Cassia Aparecida David

### Movimentações

Data	Movimento
04/04/2019	Apelação/Razões Juntada Nº Protocolo: WSRO.19.70009340-9 Tipo da Petição: Razões de Apelação Data: 04/04/2019 18:17
02/04/2019	Certidão de Publicação Expedida Relação :0110/2019 Data da Disponibilização: 01/04/2019 Data da Publicação: 02/04/2019 Número do Diário: 2779 Página: 2476/2492
29/03/2019	Remetido ao DJE Relação: 0110/2019 Teor do ato: Vistos. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração interposto por Município da Estância Turística de São Roque em face da sentença de fls. 359-80 complementada em seu teor pela decisão de fls. 413-16. Pleiteia a embargante o esclarecimento quanto a contagem do prazo fixado para o cumprimento da obrigação, se em dias úteis ou corridos, bem como se estaria sujeito a suspensão prevista no artigo 220 do CPC. É o relatório. Decido. Analisando os autos de forma acurada, observo que os embargos de declaração devem ser conhecidos, pois apresentados dentro do prazo legal e merecem provimento. Com efeito, os embargos declaratórios têm como objetivo, segundo o próprio texto do artigo 1022 do Código de Processo Civil, o esclarecimento de decisão judicial, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Juiz ou o Tribunal ou a correção de erro material. Assim, é função única dessa espécie de recurso a revelação do verdadeiro sentido da decisão, bem como recompor a decisão aos limites traçados pelo pedido da parte. Isso porque a parte tem direito à entrega da prestação jurisdicional de forma clara, precisa e completa. Nesse diapasão, cumpre ao órgão julgador apreciar os embargos de declaração com espírito aberto, entendendo-os como meio indispensável à segurança dos provimentos judiciais (RTJ 138/249, 65/170). Assim sendo, não existem razões para que não seja embargável uma decisão judicial que contenha um dos vícios apontados no artigo 1022 do Código de Processo Civil. No presente caso, de fato, há de fato obscuridade que deve ser espancada. Trata-se de prazo processual, com fulcro no artigo 536, §1º do CPC, que permite ao juiz determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. Pode o magistrado, deste modo, impor multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial. Ora, no presente caso, a medida de apoio fixada é a concessão de prazo para cumprimento voluntário da obrigação e, na recalcitrância, imposição de multa. Assim, conheço e dou provimento do recurso para registrar que o prazo fixado deve se submeter à sistemática do Código

<b>Data</b>	<b>Movimento</b>
	de Processo Civil. Int. Roge Naim Tenn Juiz de direito Advogados(s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)
28/03/2019	 Embargos de Declaração Acolhidos Vistos. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração interposto por Município da Estância Turística de São Roque em face da sentença de fls. 359-80 complementada em seu teor pela decisão de fls. 413-16. Pleiteia a embargante o esclarecimento quanto a contagem do prazo fixado para o cumprimento da obrigação, se em dias úteis ou corridos, bem como se estaria sujeito a suspensão prevista no artigo 220 do CPC. É o relatório. Decido. Analisando os autos de forma acurada, observo que os embargos de declaração devem ser conhecidos, pois apresentados dentro do prazo legal e merecem provimento. Com efeito, os embargos declaratórios têm como objetivo, segundo o próprio texto do artigo 1022 do Código de Processo Civil, o esclarecimento de decisão judicial, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Juiz ou o Tribunal ou a correção de erro material. Assim, é função única dessa espécie de recurso a revelação do verdadeiro sentido da decisão, bem como recompor a decisão aos limites traçados pelo pedido da parte. Isso porque a parte tem direito à entrega da prestação jurisdicional de forma clara, precisa e completa. Nesse diapasão, cumpre ao órgão julgador apreciar os embargos de declaração com espírito aberto, entendendo-os como meio indispensável à segurança dos provimentos judiciais (RTJ 138/249, 65/170). Assim sendo, não existem razões para que não seja embargável uma decisão judicial que contenha um dos vícios apontados no artigo 1022 do Código de Processo Civil. No presente caso, de fato, há de fato obscuridade que deve ser espancada. Trata-se de prazo processual, com fulcro no artigo 536, §1º do CPC, que permite ao juiz determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. Pode o magistrado, deste modo, impor multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial. Ora, no presente caso, a medida de apoio fixada é a concessão de prazo para cumprimento voluntário da obrigação e, na recalcitrância, imposição de multa. Assim, conheço e dou provimento do recurso para registrar que o prazo fixado deve se submeter à sistemática do Código de Processo Civil. Int. Roge Naim Tenn Juiz de direito
07/03/2019	Conclusos para Decisão
01/03/2019	Embargos de Declaração Juntados Nº Protocolo: WSR0.19.70005501-9 Tipo da Petição: Embargos de Declaração Data: 01/03/2019 16:13
27/02/2019	Suspensão do Prazo Prazo referente ao usuário foi alterado para 12/03/2019 devido à alteração da tabela de feriados
14/02/2019	Certidão de Publicação Expedida Relação :0059/2019 Data da Disponibilização: 14/02/2019 Data da Publicação: 15/02/2019 Número do Diário: 2749 Página: 2514/2517
13/02/2019	Remetido ao DJE Relação: 0059/2019 Teor do ato: Vistos. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração interposto por MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE em face da sentença de fls.359-81 . É o relatório. Decido. Analisando os autos de forma acurada, observo que os embargos de declaração devem ser conhecidos, pois apresentados dentro do prazo legal. Contudo, não merecem provimento por não apresentar as deficiências apontadas. Com efeito, os embargos declaratórios têm como objetivo, segundo o próprio texto do artigo 1022 do Código de Processo Civil, o esclarecimento de decisão judicial, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Juiz ou o Tribunal, bem como quando houver erro material no ato processual. Assim, é função única dessa espécie de recurso a revelação do verdadeiro sentido da decisão, bem como recompor a decisão aos limites traçados pelo pedido da parte. Isso porque a parte tem direito à entrega da prestação jurisdicional de forma clara, precisa e completa. Nesse diapasão, cumpre ao órgão julgador apreciar os embargos de declaração com espírito aberto, entendendo-os como meio indispensável à segurança dos provimentos judiciais (RTJ 138/249, 65/170). Assim sendo, não existem razões para que não seja embargável uma decisão judicial que contenha um dos quatro vícios apontados no artigo 1022 do Código de Processo Civil. No entanto, no presente caso, os embargos de declaração ora interpostos buscam, nesta sede recursal, reavivar ou rediscutir questões que já foram devidamente analisadas e resolvidas por este juízo, expressa e explicitamente na decisão recorrida, não padecendo, assim, de qualquer vício a ensejar o provimento do tal "recurso". Na verdade, o que pretendeu o embargante ao interpor o presente recurso foi exatamente reexaminar o julgado, dando-lhe revestimento de caráter meramente "infringente", o que é defeso nesta sede recursal. Sobre a questão, merece ser registrada a ementa referente a julgamento em caso semelhante ao ora examinado: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CARÁTER INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - INOCORRÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS - Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. Essa modalidade recursal só permite o reexame do acórdão embargado para o específico efeito de viabilizar um pronunciamento jurisdicional de caráter integrativo-retificador que, afastando as situações de obscuridade, omissão ou contradição, complementa e esclareça o conteúdo da decisão. - Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (Código de Processo Civil, art. 535), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes" (STF, Plenário, Bem. Decl. em Agravo Reg. Em Bem. de Divergência em Rec. Extraord. Nº 115.024-9/SP, Rel. Min. Celso de Mello, j. 2.8.1995, v.u., DJU de 20.10.1995, pág. 35.263). Ressalte-se que não há a necessidade do juiz se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelas partes, mas apenas sobre as que tenham alguma relevância para o julgamento. Pode ocorrer que o julgador deixe de examinar algum fundamento do pedido ou da defesa, por ter admitido outro que, por si, seja suficiente para seu acolhimento ou rejeição. Diante do exposto, não existindo as apontadas deficiências na decisão atacada, conheço dos presentes embargos de declaração, mas nego-lhes provimento. Todavia, conheço do pedido de dilação de prazo para cumprimento da sentença prolatada. A sentença fixou prazo para seu cumprimento nos seguintes termos: "Determinar que o réu proceda à exoneração de todos os agentes nomeados para atuar em tais cargos no prazo de 06 meses a contar da intimação desta sentença, sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; 3. Determinar que o réu se abstenha de proceder a novas nomeações nos cargos acima indicados, sob pena de sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Int. Roge Naim Tenn Juiz de Direito" Em breve pesquisa na jurisprudência do E. TJSP, verifica-se que o prazo concedido observa a razoabilidade e proporcionalidade, ponderando adequadamente os princípios da legalidade e da continuidade do serviço público. Verifica-se, a título de exemplo, que na Ação Direta de Inconstitucionalidade de número 2217244-31.2017.8.26.0000 , que julgou inconstitucionais as leis criadoras de cargos em comissão no Município de Presidente Venceslau, foi dado ao Município o prazo de 120 dias para a correção de cerca de 268 (duzentos e sessenta e oito) cargos. Todavia, levando-se em conta que o Município de São Roque já iniciou as providências necessárias para o integral cumprimento da sentença prolatada, bem como a existência de recesso legislativo no fim do ano de 2018, concedo três meses adicionais aos seis meses fixados na r. Sentença para o integral cumprimento da sentença, isto é, um aumento de 50% no prazo concedido, registrando-se a impossibilidade de novas dilações, que ficam desde já indeferidas. Int. Roge Naim Tenn Juiz Advogados(s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)
12/02/2019	 Embargos de Declaração Não-Acolhidos Vistos. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração interposto por MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE em face da sentença de fls.359-81 . É o relatório. Decido. Analisando os autos de forma acurada, observo que os embargos de declaração devem ser conhecidos, pois apresentados dentro do prazo legal. Contudo, não merecem provimento por não apresentar as deficiências apontadas. Com efeito, os embargos declaratórios têm como objetivo, segundo o

Data	Movimento
	<p>próprio texto do artigo 1022 do Código de Processo Civil, o esclarecimento de decisão judicial, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Juiz ou o Tribunal, bem como quando houver erro material no ato processual. Assim, é função única dessa espécie de recurso a revelação do verdadeiro sentido da decisão, bem como recompor a decisão aos limites traçados pelo pedido da parte. Isso porque a parte tem direito à entrega da prestação jurisdicional de forma clara, precisa e completa. Nesse diapasão, cumpre ao órgão julgador apreciar os embargos de declaração com espírito aberto, entendendo-os como meio indispensável à segurança dos provimentos judiciais (RTJ 138/249, 65/170). Assim sendo, não existem razões para que não seja embargável uma decisão judicial que contenha um dos quatro vícios apontados no artigo 1022 do Código de Processo Civil. No entanto, no presente caso, os embargos de declaração ora interpostos buscam, nesta sede recursal, reavivar ou rediscutir questões que já foram devidamente analisadas e resolvidas por este juízo, expressa e explicitamente na decisão recorrida, não padecendo, assim, de qualquer vício a ensejar o provimento do tal "recurso". Na verdade, o que pretendeu o embargante ao interpor o presente recurso foi exatamente reexaminar o julgado, dando-lhe revestimento de caráter meramente "infringente", o que é defeso nesta sede recursal. Sobre a questão, merece ser registrada a ementa referente a julgamento em caso semelhante ao ora examinado: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CARÁTER INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - INOCORRÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS - Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. Essa modalidade recursal só permite o reexame do acórdão embargado para o específico efeito de viabilizar um pronunciamento jurisdicional de caráter integrativo-retificador que, afastando as situações de obscuridade, omissão ou contradição, complementa e esclareça o conteúdo da decisão. - Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (Código de Processo Civil, art. 535), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes" (STF, Plenário, Bem. Decl. em Agravo Reg. Em Bem. de Divergência em Rec. Extraord. Nº 115.024-9/SP, Rel. Min. Celso de Mello, j. 2.8.1995, v.u., DJU de 20.10.1995, pág. 35.263). Ressalte-se que não há a necessidade do juiz se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelas partes, mas apenas sobre as que tenham alguma relevância para o julgamento. Pode ocorrer que o julgador deixe de examinar algum fundamento do pedido ou da defesa, por ter admitido outro que, por si, seja suficiente para seu acolhimento ou rejeição. Diante do exposto, não existindo as apontadas deficiências na decisão atacada, conheço dos presentes embargos de declaração, mas nego-lhes provimento. Todavia, conheço do pedido de dilação de prazo para cumprimento da sentença prolatada. A sentença fixou prazo para seu cumprimento nos seguintes termos: "Determinar que o réu proceda à exoneração de todos os agentes nomeados para atuar em tais cargos no prazo de 06 meses a contar da intimação desta sentença, sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; 3. Determinar que o réu se abstenha de proceder a novas nomeações nos cargos acima indicados, sob pena de sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Int. Roge Naim Tenn Juiz de Direito" Em breve pesquisa na jurisprudência do E. TJSP, verifica-se que o prazo concedido observa a razoabilidade e proporcionalidade, ponderando adequadamente os princípios da legalidade e da continuidade do serviço público. Verifica-se, a título de exemplo, que na Ação Direta de Inconstitucionalidade de número 2217244-31.2017.8.26.0000, que julgou inconstitucionais as leis criadoras de cargos em comissão no Município de Presidente Venceslau, foi dado ao Município o prazo de 120 dias para a correção de cerca de 268 (duzentos e sessenta e oito) cargos. Todavia, levando-se em conta que o Município de São Roque já iniciou as providências necessárias para o integral cumprimento da sentença prolatada, bem como a existência de recesso legislativo no fim do ano de 2018, concedo três meses adicionais aos seis meses fixados na r. Sentença para o integral cumprimento da sentença, isto é, um aumento de 50% no prazo concedido, registrando-se a impossibilidade de novas dilações, que ficam desde já indeferidas. Int. Roge Naim Tenn Juiz</p>
06/02/2019	 Certidão de Cartório Expedida Processo Digital - Certidão Genérica - Cível
05/02/2019	Conclusos para Decisão
04/02/2019	Conclusos para Decisão
21/01/2019	Petição Juntada Nº Protocolo: WSRO.19.70000860-6 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 21/01/2019 14:59
28/12/2018	 Certidão de Não Consulta ao Teor da Informação - Contagem de Prazo do Ato - Expedida Certidão de Não Leitura - Contagem de Prazo do Ato
17/12/2018	Ofício Juntado
17/12/2018	 Certidão de Remessa da Intimação Para o Portal Eletrônico Expedida Certidão - Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico
17/12/2018	 Ato Ordinatório - Não Publicável Vista ao Ministério Público.
13/12/2018	Certidão de Publicação Expedida Relação :0471/2018 Data da Disponibilização: 13/12/2018 Data da Publicação: 14/12/2018 Número do Diário: 2717 Página: 2252/2253
12/12/2018	Remetido do DJE Relação: 0471/2018 Teor do ato: Manifeste-se o autor a respeito dos embargos de declaração de fls. 387-396 e demais documentos que acompanham. Após, tornem conclusos. Intime-se. Advogados(s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)
11/12/2018	 Decisão Manifeste-se o autor a respeito dos embargos de declaração de fls. 387-396 e demais documentos que acompanham. Após, tornem conclusos. Intime-se.
25/10/2018	Suspensão do Prazo Prazo referente ao usuário foi alterado para 28/01/2019 devido à alteração da tabela de feriados
28/09/2018	Conclusos para Decisão
27/09/2018	Embargos de Declaração Juntados Nº Protocolo: WSRO.18.70027719-3 Tipo da Petição: Embargos de Declaração Data: 27/09/2018 14:24
19/09/2018	 Ofício Expedido Ofício - Genérico
19/09/2018	 Ofício Expedido Ofício - Genérico
19/09/2018	 Ofício Expedido Ofício - Genérico
12/09/2018	Certidão de Publicação Expedida Relação :0368/2018 Data da Disponibilização: 12/09/2018 Data da Publicação: 13/09/2018 Número do Diário: 2657 Página: 2330/2331
12/09/2018	Certidão de Publicação Expedida Relação :0368/2018 Data da Disponibilização: 12/09/2018 Data da Publicação: 13/09/2018 Número do Diário: 2657 Página: 2330/2331

Data	Movimento
11/09/2018	Remetido ao DJE <i>Relação: 0368/2018 Teor do ato: Vistos. Corrija-se erro material à fl.379, item 4: onde se lê Exmo. Doutor Procurador Geral do Estado, leia-se Exmo. Doutor Procurador Geral do Ministério Público Estadual. Intime-se. Roge Naim Tenn Juiz Advogados(s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)</i>
11/09/2018	Remetido ao DJE <i>Relação: 0368/2018 Teor do ato: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: Declarar nulos os atos administrativos de nomeação de agentes para os seguintes cargos indicados na inicial: 1 cargo de assessor consultor; 1 cargo de assessor administrativo; 4 (quatro) cargos de Supervisor de Limpeza; 30 (trinta) Cargos de Vice Diretor de Escola de Educação Básica; 48 (quarenta e oito) Cargos de Coordenador Pedagógico de Educação Básica (Lei 3.680/11 e Lei 2609/00); 01 (um) cargo de Supervisor de Manutenção de Parques e Jardim; 12 (doze) Cargos de Supervisor Escolar de Educação Básica (Lei2609/00); 01 (um) cargo de Supervisor Chefe de Serviço Administrativo; 02 (dois) cargos de Supervisor de Assistência Comunitária; 01 (um) cargo de assessor técnico lotado no Gabinete do prefeito (Lei 3063/07); 03 (três) cargos de Supervisor Chefe de Serviço Administrativo, lotado na Divisão de Assistência Social (Lei 3063/2007) 01 (um) cargo de Supervisor de Merenda; 01 (um) cargo de Supervisor de Serviço de Zeladoria e Portaria. Determinar que o réu proceda à exoneração de todos os agentes nomeados para atuar em tais cargos no prazo de 06 meses a contar da intimação desta sentença, sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Determinar que o réu se abstenha de proceder a novas nomeações nos cargos acima indicados, sob pena de sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Determino remessa de ofício de representação de inconstitucionalidade ao Exmo. Doutor Procurador Geral do Estado no que se refere às seguintes Leis Municipais de São Roque: Lei ordinária 2208/94; Lei Ordinária Nº 2380; Lei Ordinária Nº 2890; Lei Ordinária Nº 2892; Lei Ordinária Nº 2904; Lei Ordinária Nº 2922; Lei Ordinária Nº 2957; Lei Ordinária Nº 2961; Lei Ordinária Nº 2978; Lei Ordinária Nº 3063; Lei Ordinária Nº 3074; Lei Ordinária Nº 3322; Lei Ordinária Nº 3568; Lei Ordinária Nº 3746; Lei Ordinária Nº 3974; Lei Ordinária Nº 4149; Lei Ordinária Nº 4165; Lei Ordinária Nº 4192; Lei Ordinária Nº 4235; Lei Ordinária Nº 4251; Lei Ordinária Nº 4292; Lei Ordinária Nº 4294; Lei Ordinária Nº 4410; Remessa de Ofício ao Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas instruído com a petição inicial, documentos de fls.30-52 e cópia desta sentença para apurar a validade dos atos administrativos de nomeação referentes aos demais cargos em comissão indicados pela Prefeitura, não atingidos por esta sentença. Tendo sido antecipados os efeitos da tutela jurisdicional, eventual recurso de apelação será recebido apenas em seu efeito devolutivo. P.I.C. Roge Naim Tenn Juiz de Direito Advogados(s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)</i>
10/09/2018	 Decisão <i>Vistos. Corrija-se erro material à fl.379, item 4: onde se lê Exmo. Doutor Procurador Geral do Estado, leia-se Exmo. Doutor Procurador Geral do Ministério Público Estadual. Intime-se. Roge Naim Tenn Juiz</i>
10/09/2018	 Julgada Procedente em Parte a Ação <i>Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: Declarar nulos os atos administrativos de nomeação de agentes para os seguintes cargos indicados na inicial: 1 cargo de assessor consultor; 1 cargo de assessor administrativo; 4 (quatro) cargos de Supervisor de Limpeza; 30 (trinta) Cargos de Vice Diretor de Escola de Educação Básica; 48 (quarenta e oito) Cargos de Coordenador Pedagógico de Educação Básica (Lei 3.680/11 e Lei 2609/00); 01 (um) cargo de Supervisor de Manutenção de Parques e Jardim; 12 (doze) Cargos de Supervisor Escolar de Educação Básica (Lei2609/00); 01 (um) cargo de Supervisor Chefe de Serviço Administrativo; 02 (dois) cargos de Supervisor de Assistência Comunitária; 01 (um) cargo de assessor técnico lotado no Gabinete do prefeito (Lei 3063/07); 03 (três) cargos de Supervisor Chefe de Serviço Administrativo, lotado na Divisão de Assistência Social (Lei 3063/2007) 01 (um) cargo de Supervisor de Merenda; 01 (um) cargo de Supervisor de Serviço de Zeladoria e Portaria. Determinar que o réu proceda à exoneração de todos os agentes nomeados para atuar em tais cargos no prazo de 06 meses a contar da intimação desta sentença, sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Determinar que o réu se abstenha de proceder a novas nomeações nos cargos acima indicados, sob pena de sob pena de multa diária de R\$50.000,00, limitada a R\$5.000.000,00, bem como remessa de cópias para instauração de investigação sobre eventual ato de improbidade administrativa; Determino remessa de ofício de representação de inconstitucionalidade ao Exmo. Doutor Procurador Geral do Estado no que se refere às seguintes Leis Municipais de São Roque: Lei ordinária 2208/94; Lei Ordinária Nº 2380; Lei Ordinária Nº 2890; Lei Ordinária Nº 2892; Lei Ordinária Nº 2904; Lei Ordinária Nº 2922; Lei Ordinária Nº 2957; Lei Ordinária Nº 2961; Lei Ordinária Nº 2978; Lei Ordinária Nº 3063; Lei Ordinária Nº 3074; Lei Ordinária Nº 3322; Lei Ordinária Nº 3568; Lei Ordinária Nº 3746; Lei Ordinária Nº 3974; Lei Ordinária Nº 4149; Lei Ordinária Nº 4165; Lei Ordinária Nº 4192; Lei Ordinária Nº 4235; Lei Ordinária Nº 4251; Lei Ordinária Nº 4292; Lei Ordinária Nº 4294; Lei Ordinária Nº 4410; Remessa de Ofício ao Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas instruído com a petição inicial, documentos de fls.30-52 e cópia desta sentença para apurar a validade dos atos administrativos de nomeação referentes aos demais cargos em comissão indicados pela Prefeitura, não atingidos por esta sentença. Tendo sido antecipados os efeitos da tutela jurisdicional, eventual recurso de apelação será recebido apenas em seu efeito devolutivo. P.I.C. Roge Naim Tenn Juiz de Direito</i>
25/07/2018	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.18.70020432-3 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 25/07/2018 14:28</i>
14/05/2018	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.18.70012718-3 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 14/05/2018 18:43</i>
20/03/2018	Conclusos para Sentença
07/03/2018	Conclusos para Decisão
26/02/2018	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.18.70004409-1 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 26/02/2018 17:20</i>
19/02/2018	 Certidão de Remessa da Intimação Para o Portal Eletrônico Expedida <i>Certidão - Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico</i>
19/02/2018	 Ato Ordinatório - Não Publicável <i>Vista ao Ministério Público.</i>
29/01/2018	Especificação de Provas Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.18.70001801-5 Tipo da Petição: Indicação de Provas Data: 29/01/2018 17:06</i>
29/01/2018	 Certidão de Cartório Expedida <i>Certidão - Genérica</i>
19/01/2018	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação :0008/2018 Data da Disponibilização: 19/01/2018 Data da Publicação: 22/01/2018 Número do Diário: 2501 Página: 653/667</i>
19/01/2018	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação :0008/2018 Data da Disponibilização: 19/01/2018 Data da Publicação: 22/01/2018 Número do Diário: 2501 Página: 653/667</i>
18/01/2018	Remetido ao DJE <i>Relação: 0008/2018 Teor do ato: Controle nº 2016/001131VistosEspecifiquem as partes as provas que pretendem produzir no prazo de 05 (cinco ) dias, justificando a sua pertinência, sob pena de preclusão.Intimem-se. Advogados (s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)</i>
18/01/2018	

Data	Movimento
	Remetido ao DJE <i>Relação: 0008/2018 Teor do ato: Conforme o relatado na inicial, não há qualquer urgência que exija a concessão de efeitos de tutela jurisdicional antes da implementação do contraditório. Ante o exposto, INDEFIRO, por ora, a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado. Roge Naim TennJuiz de direito Intime-se. Advogados (s): Carolina de Cassia Aparecida David (OAB 192404/SP)</i>
17/01/2018	Decisão <i>Controle nº 2016/001131 Vistos Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir no prazo de 05 (cinco) dias, justificando a sua pertinência, sob pena de preclusão. Intimem-se.</i>
31/07/2017	Conclusos para Decisão
20/06/2017	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.17.70012636-4 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 20/06/2017 17:44</i>
13/06/2017	Certidão de Não Consulta ao Teor da Informação - Contagem de Prazo do Ato - Expedida <i>Certidão de Não Leitura - Contagem de Prazo do Ato</i>
02/06/2017	Certidão de Remessa da Intimação Para o Portal Eletrônico Expedida <i>Certidão - Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico</i>
02/06/2017	Ato Ordinatório - Não Publicável <i>Vista ao Ministério Público.</i>
21/09/2016	Contestação Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.16.70010899-3 Tipo da Petição: Contestação Data: 20/09/2016 15:30</i>
22/08/2016	Mandado Juntado
22/08/2016	Mandado Devolvido Cumprido Positivo <i>CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 586.2016/005604-6, dirigi-me às 10:00h do dia 09/08/2016 ao endereço residencial do Sr. Prefeito Municipal à Rua Professora Maria Antonia Constância, 75, Esplanada Mendes Moraes, São Roque/SP, onde CITEI E INTIMEI PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE, na pessoa do Prefeito Daniel de Oliveira Costa, o qual ficou bem ciente do inteiro teor do mandado, aceitando cópia, bem como senha de acesso aos autos e exarou seu ciente no anverso do referido mandado. O referido é verdade e dou fé. São Roque, 10 de agosto de 2016.</i>
02/08/2016	Mandado de Citação Expedido <i>Mandado nº: 586.2016/005604-6 Situação: Cumprido - Ato positivo em 10/08/2016</i>
11/07/2016	Decisão <i>Conforme o relatado na inicial, não há qualquer urgência que exija a concessão de efeitos de tutela jurisdicional antes da implementação do contraditório. Ante o exposto, INDEFIRO, por ora, a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado. Roge Naim TennJuiz de direito Intime-se.</i>
07/07/2016	Parecer Juntado <i>Nº Protocolo: WSRO.16.70007248-4 Tipo da Petição: Parecer do MP Data: 07/07/2016 15:00</i>
07/07/2016	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WSRO.16.70007246-8 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 07/07/2016 14:56</i>
06/07/2016	Conclusos para Decisão
05/07/2016	Distribuído Livremente (por Sorteio) (movimentação exclusiva do distribuidor)

### Petições diversas

Data	Tipo
07/07/2016	Manifestação do MP
07/07/2016	Parecer do MP
20/09/2016	Contestação
20/06/2017	Manifestação do MP
29/01/2018	Indicação de Provas
26/02/2018	Manifestação do MP
14/05/2018	Manifestação do MP
25/07/2018	Manifestação do MP
27/09/2018	Embargos de Declaração
21/01/2019	Manifestação do MP
01/03/2019	Embargos de Declaração
04/04/2019	Razões de Apelação

### Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

### Apensos, Entranhados e Unificados

Não há processos apensados, entranhados e unificados a este processo.

### Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.